

OS PATRIMÔNIOS E O DECLÍNIO DA ESCRAVIDÃO NO PARANÁ (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1852-1886)

Carlos A. M. Lima
(Departamento de História da UFPR)

As preocupações¹ com a temática da transição para novas formas de extração de trabalho na agricultura vêm, desde há muito, orientando pesquisadores a observarem os avatares da escravidão fora das áreas e unidades agroexportadoras². Além disso, há questões atinentes à própria experiência dos escravos tornando necessária a observação do que se passava nesse tipo de área. Isso porque as vivências de cativos fora do café na segunda metade do século XIX não foram assim tão “marginais”.

Pode-se começar a argumentar nessa direção observando a população escrava das províncias em que, segundo o censo de 1872, os escravos eram menos que 15% da população³. Cerca de 50 anos antes, em 1819, essas mesmas províncias concentravam quase três quartos da população escrava total do Brasil. Isso decresceu, como se sabe, em virtude dos fortes deslocamentos regionais da população escrava na segunda metade do século XIX. Mas, naquele ano de 1872, elas ainda detinham 32% dos cativos postos a trabalhar no Império. Assim, estar em situação minoritária ainda era a experiência de parcela significativa dos escravos no Império. Além disso, populações escravas com pequena participação no contingente total das províncias era a experiência da maior parte do território do Império, de modo que verificar o modo como se deu a transição nessas áreas é decisivo para compreender os anos finais do cativo no Brasil.

Isso, por outro lado, traz à baila o inevitável problema da definição de sociedades escravistas. Como se prefere aqui a definição de Moses Finley a esse respeito⁴, pode-se passar logo ao exame da relação com a escravidão mantida pela elite de São José. É o que se propõe na tabela 1.

Tabela 1: Participação de escravistas entre os inventariados detentores de montes-mores de 10 contos de réis ou mais (mil-réis de 1872) e nº médio de escravos por escravista nessa faixa de fortuna (São José dos Pinhais, 1852-1886)

Ano	Nº de inventariados na faixa de fortuna	Nº de escravistas na faixa de fortuna	Tamanho médio das escravarias na faixa
1852-1854	1	1	6
1855-1859	-	-	-
1860-1864	-	-	-
1865-1869	2	2	3
1870-1874	8	7	6,6
1875-1879	6	5	4,4
1880-1884	6	6	4
1885-1886	1	1	9

Fontes: Cartório da 2ª Vara Cível de São José dos Pinhais. *Inventários* post mortem, 1852-1886.

É difícil dizer que houve desvinculação entre o modo de vida das elites e a posse de escravos. Mas é possível, sim, sugerir que, em São José dos Pinhais⁵, houve nos anos 1870 uma virada da tendência à manutenção sem freios da escravidão entre os abastados locais. A presença física mesmo de gente que pudesse ser considerada abastada, segundo padrões locais, estava oscilando na segunda metade do século XIX. Seu número parecia crescente até o início dos anos 1870, após o que passou a decrescer. Por outro lado, as ínfimas (segundo qualquer padrão) posses de escravos por parte dessa gente conheciam um certo avanço, igualmente interrompido e tornado tendência ao decréscimo a partir de 1870, grosso modo. Mas as exceções à tendência a que as elites locais perseverassem na posse de escravarias continuavam a ser quase insignificantes, embora muito pequenas as posses de escravos.

É plausível que a imagem de redução do número de abastados resulte só de ilusão de ótica. Uma primeira dúvida seria sobre a pertinência do corte em 10 contos de réis para definir “elites”⁶. Mas essa era a experiência de São José dos Pinhais, no sentido de que as maiores fortunas não ultrapassavam muito esse patamar, sua raridade, por outro lado, demonstrando que ultrapassá-lo era coisa aberta a poucos. Outra dúvida possível quanto aos procedimentos vem de se ter usado aqui a comparação entre valores de intervalos diferentes, o que tornou necessário utilizar um deflator. Como se trata de área voltada para o abastecimento interno, preferiu-se usar o índice de preços ponderado de Eulália Lobo e equipe, segundo a ponderação da década de 1850⁷. Ocorre que há polêmicas sobre o uso desse índice como deflator. Creio que tais polêmicas derivam da percepção de que os sinais provenientes dos preços não correspondem aos da evolução da moeda no Brasil do século XIX⁸. Por outro lado, não se deve esquecer que a população brasileira cresceu muito ao longo do século XIX, antes mesmo da imigração

maciça. Os dados sugerem taxas geométricas de cerca de 2% ao ano entre os anos 20 e os anos 70⁹. As estimativas coevas da população brasileira, feitas na falta de censos rigorosos, também tinham por hábito sugerir taxas de 2% ou mais ao ano¹⁰. Além disso, é possível encontrar testemunhos de que os preços de diversos produtos mostravam movimentos que podem ser aproximados dos sugeridos pelo índice de preços de Lobo¹¹.

Isso não pode mais causar surpresa, ao menos desde que a historiografia começou a perceber que a escravidão na América Portuguesa não esteve necessariamente ligada à exportação dos produtos do trabalho dos cativos. Assim é que a esmagadora maioria dos inventariados de elite em São José dos Pinhais possuía escravos. É fato que o terceiro quarto do século XIX pode ser associado a um surto de exportação de mate no Paraná¹². Mas, como se defenderá a seguir, o mate parece ter tido pouca relação com a escravidão em São José. Assim, não é muito de se esperar que a persistência de (decrecentes) posses escravas no alto da sociedade local constituísse produto do mate. Resta saber se as outras etapas da produção do mate (investimento e trabalho no beneficiamento e na comercialização) afetavam os escravos da elite. Há evidência indireta de que não, dado que não se encontra nada parecido com engenhos de mate em nenhum dos 320 inventários considerados nessa pesquisa (nem de ricos, nem de pobres; nem de escravistas, nem de gente destituída de cativos).

A crise provocada pelo estrangulamento da oferta de escravos (fim do tráfico transatlântico) e pela inserção da área como fornecedora no âmbito do tráfico interno de cativos tiveram efeitos sobre esse relacionamento entre elites e escravidão. Assim é que o tamanho médio das escravarias no segmento diminuiu bastante, como se vê nos dados. Isso se acelerou, algo também visível na tabela 1, a partir da segunda metade da década de 1870, sabidamente o momento da intensificação do tráfico interno de escravos¹³.

Vale a pena observar a distribuição dos escravos e dos senhores por faixas de tamanho das escravarias. Desde já, no entanto, deve ficar claro que os dados quanto a isso coletados até o momento são contraditórios, e resolver essas contradições será alvo de esforços à frente. Basicamente, usa-se aqui a matrícula dos escravos de 1872¹⁴, o que traz à tona alguns problemas metodológicos.

Dados a crise e o tráfico interno, os escravos mudavam muito de mãos, e isso em um ambiente no qual poucas vezes se transacionavam ou legavam em meação ou herança escravarias inteiras (até a transmissão de escravos “inteiros” era difícil). Desse modo, os inventários com escravos nem sempre tinham em apenso o documento da matrícula em sua integralidade. Isso levava à proliferação, nos inventários de

escravistas, das certidões feitas pela autoridade fiscal municipal a partir da matrícula, certidões estas que não precisavam reproduzir todo o documento original, referindo apenas os escravos do espólio. Neste trabalho observam-se apenas os casos em que o documento da matrícula foi inserto nos autos de inventário (tabela 2).

Se comparamos estes dados com o apanhado obtido em documentos e na bibliografia por Motta, Nozoe e Costa, verificaremos que praticamente não se encontram nos casos conhecidos da década de 1870 distribuições com tão pequena participação dos maiores proprietários. Os autores comparam as distribuições de proprietários por faixas de tamanho das escravarias em São Cristovão (1870), Estância, em Sergipe (1870-1888), em outros cinco locais sergipanos (1873-1875), Oeiras, no Piauí (1875); o Noroeste mineiro (1873-1875); Magé (1870-1876) e Bananal (1874)¹⁵. Em nenhum desses casos são observadas distribuições com tão poucas escravarias com mais de 9 cativos ou com tanta participação das escravarias com menos de 5 escravos¹⁶.

Tabela 2: Estrutura de posse de escravos e ocupações escravas de acordo com uma amostra da matrícula dos escravos (São José dos Pinhais, 1872)

FTP	Senhores		Escravos	
	Nº	%	Nº	%
1 a 4	27	73,0	55	46,2
5 a 9	9	24,3	53	44,5
10 ou +	1	2,7	11	9,3
Total	37	100	119	100

Ocupações escravas		
Ocupação	Nº absoluto	%
Artesãos*	2	1,7
Subtotal Domésticos**	40	33,5
Jornaleiro	1	0,8
Lavoura/lavrador/roceiro	36	30,3
“Não tem”	2	1,7
Ilegível	1	0,8
Não consta/crianças	37	31,1
Total	119	100

* Ambos carpinteiros.

** 16 cozinheiros, 1 pajem e 23 do “serviço doméstico”.

Fontes: Matrículas de escravos anexas aos inventários *post mortem*.

Em São Cristovão no ano de 1870, as proporções eram semelhantes. Mas até lá, que apresenta as maiores percentagens na faixa 1 a 4 escravos de todos os dados resumidos ou estudados pelos autores, a importância das maiores escravarias era mais alargada que em São José dos Pinhais. 72,3% dos senhores tinham de 1 a 4 cativos (contra 73% de São José); 21,4% possuíam entre 5 e 9 escravos, inclusive, o que deve

ser comparado com 24,3% de São José, ao passo que os donos de mais escravos (10 ou mais) alcançavam 6,3%, mais que o dobro de sua percentagem em São José, de 2,7%¹⁷.

Essa discussão, contudo, não deve fazer reacender-se a impressão de que a escravidão não teve importância no Paraná, ou coisa parecida. Era também nessa última província que ficava a vila de Castro, onde as coisas eram diferentes. Nesta, segundo o relatório do presidente da província para 1854, havia 796 escravos, compondo 13,5% da população local. Tanto o número absoluto quanto o percentual eram maiores que os de São José no mesmo ano. Nesta última vila, eram 365 os cativos (7,8% da população)¹⁸. Cerca de trinta anos depois, em 1886, segundo os ainda mais inseguros dados do então presidente da província, a população escrava de São José ainda alcançava 293 pessoas. A de Castro, que se tinha o hábito de sub-registrar¹⁹, teria chegado a apenas 298, embora tenha havido desmembramentos da vila para dar origem a outros municípios²⁰.

Ora, a distribuição dos proprietários por faixas de tamanho das escravarias era inteiramente diferente em Castro. 77,5% dos mesmos tinham menos que cinco escravos. 16,2%, entre 5 e 9 cativos, ao passo que 6,3% eram donos de mais que nove escravos²¹. Essas proporções são inteiramente semelhantes, por exemplo, às encontradas por Motta, Nozoe e Costa para a freguesia de São Cristóvão do Rio de Janeiro. Assim, aquilo de que se fala aqui não é de desimportância da escravidão nas partes meridionais do Brasil. É da pobreza vigente em São José mesmo.

Nunca é demais lembrar os achados da historiografia, realizados já há décadas, na direção de que os anos subseqüentes a 1850, e sobretudo a década de 1870, produziram uma situação de tendência ao desaparecimento, ou no mínimo a uma enorme perda de importância das escravarias diminutas²². Ocorre que isso podia tomar duas formas. Podia verificar-se, em uma área em particular, uma concentração dos escravos existentes nas maiores escravarias, incrementando os indicadores de concentração daquela mesma área. Mas, em outros lugares, o mesmo processo, saturado pelas mesmas razões, podia produzir indicadores inteiramente diversos. Podia traduzir-se em indicadores de concentração mais (aparentemente) igualitários. Por que? Pela simples razão de que, em áreas menos dinâmicas, a situação pré-1850 já era de escravarias que, em comparação com as situações de maior dinamismo escravista, eram pequenas. A crise das pequenas escravarias pós-1850, em tais localidades, podia freqüentemente tomar a forma de redução do tamanho médio das maiores locais, que no concerto imperial eram diminutas. Em outros termos, se em áreas dinâmicas a crise das pequenas escravarias traduzia-se em concentração, em áreas mais decadentes a crise das

pequenas escravarias misturava todo mundo nas faixas correspondentes a menos escravos possuídos, além de fazer muita gente “escorregar beirada da mesa afora”, saindo do grupo dos escravistas. Altos graus de concentração em um caso, baixíssimos graus de concentração em outro. Tudo isso, claro, quando se calcula a concentração considerando apenas os proprietários de cativos.

Falava-se antes de algum descolamento entre escravidão e coleta de mate. Essa e outras noções podem ser testadas através de uma aproximação ao problema das ocupações escravas (Tabela 2). Embora a proporção dos domésticos fosse maior que a de qualquer outra ocupação, ela era seguida de perto por aquela dos envolvidos com a agricultura (lavradores, roceiros e ocupados na lavoura). Grosso modo, a atividade produtiva por excelência dos poucos cativos que ainda restavam em São José dos Pinhais era a agricultura do milho. Como será visto, a pecuária ainda era uma atividade dotada de alguma importância, aparecendo com alguma força nos investimentos. Mas parece ter perdido o enorme papel que já tivera no trabalho dos escravos.

Por outro lado, a expressão “doméstico” escondia e misturava muita coisa. Para intervalos anteriores, sabe-se que escravos domésticos, mesmo em ambientes urbanos marcados, como a cidade do Rio de Janeiro, combinavam o serviço das casas com atividades voltadas para o mercado, fossem elas agrícolas, artesanais, ou mesmo comerciais²³. Além disso, já há análises apontando que domésticos no Paraná podiam estar muito ligados ao exercício da agricultura autônoma, isto é, aquela da roça própria dos escravos, o que indica alguma ligação com a agricultura de alimentos²⁴. Será analisado adiante o direcionamento ocupacional dos senhores de escravos, o que ajudará a compreender o trabalho dos escravos. Mas, antes, é preciso observar a composição das fortunas dos escravistas, observando as implicações disso quanto às ocupações cativas.

São necessárias algumas observações sobre o modo como os inventários foram tratados, especialmente quanto a algumas decisões tomadas, às vezes diferentes daquelas dos avaliadores, juízes e herdeiros. No capítulo das dívidas, por exemplo, os envolvidos diretamente com o inventário, na época, não tinham outra alternativa senão a de incluir entre as dívidas passivas *do espólio* os gastos efetuados pelos inventariantes com o sepultamento do inventariado. Mas estas dívidas não eram do inventariado. Como o objetivo do trabalho com inventários é o de deixá-los darem-nos uma idéia sobre as fortunas dos vivos, eliminei dos dados as dívidas derivadas do sepultamento. De modo análogo, mas com sentido inverso, inverti o procedimento habitual de herdeiros e juízes no sentido de eliminar do monte as dívidas ativas consideradas falidas

ou impagáveis. O inventariado as considerava, antes de morrer. Assim, levei em conta o fato de que elas compunham parcela ativa das fortunas durante a vida do inventariado, tendo desse modo optado por tornar a inseri-las nos montes. Não foi outra a escolha no tocante às colações e meias-colações, que foram inseridas nas dívidas ativas.

Outro procedimento crítico que às vezes circula entre os especialistas é ligado a dúvidas sobre a necessidade ou não de tratar separadamente as fortunas muito sangradas por meações. Argumenta-se por vezes que, no caso de inventariados viúvos, se estaria mais perto da meação a que tivera direito o inventariado quando da morte de seu cônjuge que dos bens do casal. Mas aqui se optou por não levar isso em consideração. Era muito variável o intervalo entre a morte do cônjuge e a própria morte do inventariado, de modo que em muitos casos pode ter havido recuperações.

Os bens de raiz também tiveram que ser objeto de escolhas, mas dessa vez apenas do ponto de vista das classificações. O maior problema foi o de que, nesse ambiente agrário, dificilmente as casas apareciam avaliadas separadamente de benfeitorias agrícolas. Por outro lado, o investimento em casas sem benfeitorias agrárias é objeto de interessantíssimos questionamentos por parte da historiografia²⁵. Fez-se aqui a escolha de usar na classificação uma categoria englobando os poucos exemplos de casas avaliadas sem benfeitorias agrícolas. Quando casas apareciam juntamente com terrenos arroteados, ou arroteáveis, julgou-se que elas respondiam por muito pouco dos valores atribuídos aos bens e desse modo inseriu-se a totalidade do valor desses bens na categoria dos bens de raiz agrários. Outra questão está ligada ao raro aparecimento de produto da agricultura ou da coleta de mate. Como era muito raro que isso aparecesse nos inventários, julgou-se que o mais freqüente era que roças (ou ervais) ainda sem colheita tivessem seu valor incluído pelos avaliadores na avaliação dos terrenos onde elas estivessem. Assim, nos pouquíssimos casos em que mãos ou alqueires de milho ou feijão (ou cargueiros de erva-mate) aparecessem avaliados separadamente de terrenos, não restou outra alternativa senão aquela de incluir, no tratamento dos dados, seus valores entre os dos bens de raiz agrários. Monjolos e paióis também apareciam, na maior parte das vezes, avaliados juntamente com os terrenos onde estavam, de modo que, mesmo se avaliados separadamente (caso também raro), foram incluídos na rubrica bens de raiz agrários, como se fossem terra.

Conforme a tabela 3, paralelamente ao abandono da escravidão, os senhores de escravos estavam passando de devedores em credores líquidos. Isso fica mais fácil de ser percebido atentando prioritariamente para os dados relativos às décadas de 1870 e

1880, para as quais se dispõe de mais inventários. O caso é tanto mais significativo quanto, somando as participações dos recursos que aparecem sob as rubricas dinheiro, dívidas ativas e dívidas passivas (pois esta soma dá uma idéia grosseira mas aproximada do tamanho da finança local), vê-se que essa soma estava em queda, como se (e devia ser esse mesmo o caso) o afastamento quanto à escravidão significasse um recuo dos momentos mais mercantilizados da vida econômica local.

Fica também a sugestão de que a escravidão constituía um dos principais mecanismos através dos quais a elite local ficava amarrada por dívidas a outras praças, notadamente o Rio de Janeiro²⁶. Pois se, como vemos, o topo da sociedade era devedor líquido (estamos observando os *escravistas* de São José dos Pinhais), só podia sê-lo frente a gente de outras localidades. Como o montante disso decresceu paralelamente ao desaparecimento da escravidão, permanece de pé a indicação de que uma coisa esteve ligada à outra. Assim, quanto mais se reduziam as dimensões das atividades mercantilizadas, tanto mais os escravistas locais se posicionavam como credores. E certamente o eram frente a gente que nem aparecia nos inventários.

Tabela 3: Composição das fortunas de senhores de escravos nos inventários *post mortem* de São José dos Pinhais (1852-1886)

Participação percentual no total dos montes											
Per.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1852-1859	2	1,4	35,2	15,9	-	41,4	-	1,2	4,9	-	35,8
1860-1869	8	0,9	40,6	8,7	0,1	20,9	1,6	0,9	23,9	2,5	4,6
1870-1879	49	4,1	54,1	8,3	0,1	23,6	-	0,6	5,7	3,5	7,3
1880-1886	32	6,3	43,8	6,6	*	16,9	4,3	2,0	19,4	0,6	4,4

Média, por inventário, das avaliações de cada item											
Per.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1852-1859	2	161	3983	1798	-	4693	-	135	555	-	4051
1860-1869	8	65	2839	609	6	1463	110	60	1671	174	320
1870-1879	49	307	4041	619	4	1764	-	48	424	264	544
1880-1886	32	366	2539	382	1	982	249	115	1125	32	255

- Percentagem menor que 0,05%